

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 418

Data: 24/11/80

Pg.: _____

TFR julga proibição a Juruna

Da sucursal e
das agências

O habeas corpus em favor do cacique xavante Mário Juruna será julgado hoje pelo Tribunal Federal de Recursos, que vai decidir se Juruna deve ou não receber a autorização para viajar a Holanda e participar, como presidente, do encerramento do Tribunal Bertrand Russell, assuntos indígenas em suas sessões deste ano.

O subprocurador-geral da República, Geraldo Fontelles, afirma em seu parecer, enviado ontem ao tribunal, que este é incompetente para "conhecer originariamente o pedido" já que o ministro Mário Andreazza, do Interior, disse em suas informações que o ato é de responsabilidade do Conselho Indigenista da Funai.

Quinta-feira passada, quando o tribunal julgou se devia ou não conceder liminar permitindo a viagem do cacique, o TFR ainda não conhecia a decisão do Tribunal Russell em indicar Juruna presidente daquela Corte e por isso declarou a não concessão da medida.

No julgamento de hoje serão examinados o mérito de dois pedidos de habeas corpus e de um mandado de segurança.

GENOCÍDIO

Mascarados por razões de segurança, dois índios do distrito de Quiché, na Guatemala, pediram ontem ao Tribunal Russell que declare o governo do general Romero Lucas "culpado de genocídio" do povo guatemalteco, especialmente de sua população indígena. Pedro e Joana, como ambos se denominaram, acusaram o governo militar de subjugar brutalmente os nativos com a ajuda do Exército e da polícia, recorrendo a todos os meios, como assassinios, seqüestros, torturas e maus tratos.

Segundo o depoimento dos dois índios, o ponto culminante do terror oficial naquele país foi o massacre ocorrido no último dia 31 de janeiro na Embaixada da Espanha. Naquele dia, contaram eles, um grupo indígena de trabalhadores rurais ocupou pacificamente a sede diplomática para chamar a atenção da opinião pública mundial sobre as injustiças que sofrem, como terras roubadas, discriminação e marginalização em relação ao ensino, saúde, habitação e alimentação. Entretanto, continua a denúncia, pouco depois da ocupação unidades do Exército e da polícia abriram fogo contra a embaixada, lançando bombas de fósforo, de matando 21 índios, seis estudantes simpatizantes de sua causa, uma sindicalista e os funcionários da representação diplomática.